

## CARTA ABERTA DOS SERVIDORES DA CGU AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Palácio do Planalto – Gabinete da Presidência

Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Os servidores integrantes da Carreira de Finanças e Controle, composta por Auditores e Técnicos Federais, que formam os quadros da Controladoria-Geral da União (CGU) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vêm, por meio desta, manifestar profunda preocupação com o cenário de desvalorização progressiva enfrentado pela Carreira, em comparação a outras carreiras exclusivas de Estado, com as quais realiza trabalhos conjuntos e de semelhante complexidade, tais como a Receita Federal do Brasil (RFB), a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Polícia Federal (PF).

Essa desvalorização, agravada pela falta de isonomia em remuneração, progressão e reconhecimento, além do iminente risco da transversalidade, compromete a especificidade técnica e o caráter estratégico da atuação desta carreira em atividades essenciais como **auditoria de recursos federais, combate e prevenção da corrupção, formulação e execução de políticas públicas, fortalecimento da transparência, acesso à informação, integridade, correição, ouvidoria, responsabilidade fiscal e confiança pública**. A fragilização de suas competências exclusivas ameaça a eficiência do controle das despesas, fundamental para a obtenção de superavit e a própria governança pública.

Com múltiplas competências, CGU realiza trabalhos relevantes em prol do Estado brasileiro, sendo destaques recentes a fiscalização dos recursos do Covid-19, Lei Rouanet, barragem de Brumadinho/MG, Emendas PIX e enchentes no Rio Grande do Sul. Em parceria com órgãos de defesa do Estado – PF, Ministério Público (MPF), RFB, Tribunal de Contas (TCU) e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) – realiza, ainda, operações especiais para investigar possíveis atos ilícitos, combater irregularidades, má aplicação de recursos e proteger o patrimônio público.

Por conseguinte, a CGU tem gerado resultados expressivos para a sociedade, reafirmando seu papel estratégico na defesa do interesse público e na ampliação da qualidade do gasto. Entre 2013 e 2023, a **CGU gerou benefícios financeiros de R\$ 123 bilhões, período no qual cada real investido na CGU proporcionou um retorno 11 vezes maior aos cofres públicos**.

Especificamente em 2023, a CGU consolidou sua relevância em diversas frentes:

- **promoção da transparência** e da participação cidadã, com mais de 7,2 milhões de usuários ativos na plataforma Fala.BR, com cerca de 17 milhões de acessos ao Portal;
- apoio ao **controle social**, com 1.262.870 manifestações recebidas, fortalecendo a fiscalização por parte da população;
- **aprimoramento da gestão pública**: gerou **R\$ 20 bilhões** em benefícios financeiros e mais de mil benefícios qualitativos, demonstrando o impacto positivo da CGU na eficiência do Estado;
- nas **integridades privada e pública**, celebrou acordos de leniência que resultaram na **recuperação de R\$ 1,34 bilhão**, avaliou 300 empresas, premiando 84 delas no âmbito do Prêmio Pró-Ética, e implementou o 6º Plano de Ação em Parceria para Governo Aberto;
- análise preventiva de 190.923 processos licitatórios, com auxílio da Plataforma ALICE, desenvolvida pelos servidores da Carreira de Finanças e Controle da CGU, gerou 203 ações sobre compras públicas e economia no valor total de R\$27,18 bilhões;
- **36 Operações Especiais** conduzidas em parceria com PF, MPF, RFB ou Polícia Rodoviária Federal.

Apesar dos relevantes resultados alcançados pela CGU, a Carreira de Finanças e Controle enfrenta significativos **desafios no contexto da atual negociação salarial**. O tratamento diferenciado entre carreiras com competências de complexidades equivalentes tem comprometido a capacidade institucional do órgão, o que coloca em risco o combate à corrupção, a promoção da integridade e a transparência pública.

A proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) representa um retrocesso para o cumprimento da missão da CGU, pois promove o desalinhamento com outras carreiras exclusivas de Estado com atribuições e responsabilidades similares, como a Receita Federal, a Advocacia-Geral da União e a Polícia Federal. Em especial, **a imposição de uma tabela remuneratória padronizada - que reduz o salário inicial, amplia os níveis de progressão de 13 para 20 e rompe a correlação histórica** entre essas carreiras correlatas - configura, de modo inequívoco, o **rebaixamento** institucional da CGU.

Esse rebaixamento institucional contraria as recomendações da Organização dos Estados Americanos (OEA), que, ao avaliar a implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção, destacou a necessidade de "*fortalecer a CGU, garantindo-lhe os recursos financeiros e humanos necessários ao adequado cumprimento de suas funções, inclusive buscando implementar um plano de retenção de funcionários*". A **evasão de 35% dos servidores** nomeados, no concurso de 2022, que migraram para carreiras mais valorizadas, ilustra o impacto negativo dessa política de desvalorização.

Ademais, apesar de reconhecer a importância da saída legal do Ciclo de Gestão, o que é uma demanda histórica dos servidores da CGU e STN, a proposta do MGI traz indefinições quanto ao destino da Carreira, mediante sua inclusão em uma "seção específica" da Lei nº 11.890/2008, não atendendo ao **adequado e imediato reconhecimento da natureza de Carreira de Auditoria Federal**.

Nesse cenário, os **riscos associados ao desalinhamento remuneratório e à transversalidade** são graves e imediatos para a carreira e para a instituição: (i) perda de *expertise*; (ii) prejuízos à independência técnica; (iii) desmotivação e evasão de talentos; (iv) controle ineficaz da execução das políticas públicas; (v) menor retorno financeiro para o governo; e (vi) conflito de interesses.

#### **Demandas Essenciais da Carreira de Finanças e Controle na Negociação Salarial**

- **tratamento isonômico e correção do desequilíbrio remuneratório:** Reivindica-se subsídio compatível com a complexidade das atividades desempenhadas, que realinhe a remuneração com carreiras exclusivas de Estado de igual complexidade, como RFB, AGU, MPU, PF e TCU.
- **manutenção dos atuais 13 níveis de progressão na carreira:** é essencial para garantir um plano de carreira justo e alinhado às responsabilidades da função. A ampliação para 20 níveis, sem que seja acompanhada pelas demais carreiras semelhantes, compromete a valorização da trajetória profissional e a motivação dos servidores;
- **valorização do cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle:** com a exigência de formação de nível superior para ingresso no cargo, conforme já ocorre em carreiras correlatas.

Assim, **solicitamos o apoio e a intervenção de Vossa Excelência** no sentido de que, da mesma maneira como aprimorou o combate à corrupção, criando a CGU, agora, mantenha a sua valorização, buscando uma solução justa e equilibrada para as questões aqui apresentadas.

**Por fim, respeitosa e colocamo-nos à disposição** para dialogar e contribuir na construção de caminhos que assegurem o cumprimento da missão institucional da Controladoria-Geral da União, em benefício de toda a sociedade brasileira.

**Brasília – DF, 22 de outubro de 2024**

**Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União.**